

A crise que não acaba e suas possibilidades*

Luiz Augusto Estrella Faria**

Economista da FEE e Professor da UFRGS

Resumo

A crise que assola o capitalismo internacional vem oportunizando uma margem cada vez maior de ação e decisão autônomas por parte das nações e regiões outrora rigidamente dependentes. Os espaços para manobra e invenção por parte daqueles que sempre foram forçados a obedecer aos desígnios das grandes potências do Atlântico Norte são maiores. E a paralisia, ainda que parcial, que a luta contra a crise impõe a EUA e Europa amplifica as possibilidades de autonomia do Sul. Uma breve síntese sobre o que se passa em cada uma das regiões do planeta mostra os espaços que se abrem ou se fecham à iniciativa criadora na construção de uma nova configuração do sistema mundial.

Palavras-chave: crise internacional; desenvolvimento; financeira-rização.

Abstract

The international crisis of capitalism brings the opportunity for many formerly dependent nations to act and decide more autonomously. Room for maneuver and invention to the ones that historically had to obey the great powers of the North Atlantic are enlarged. And the partially paralysis that the struggle against the crisis imposes to the US and Europe open more possibilities to the South. A brief analysis of what is happening throughout the Globe shows spaces opening or closing to movements towards a new world order.

Key words: international crisis; development; financialization.

A cena internacional segue marcada pelo lento e continuado declínio da hegemonia norte-americana. Após a vitória na Guerra Fria, a demonstração de um poder militar inigualável e a imposição do neoliberalismo por quase todo o planeta, os EUA tornaram-se vítimas de seu próprio triunfo. O desaparecimento do inimigo soviético não construiu uma ordem unipolar no mundo, pois, em que pese um cada vez maior servilismo da Europa sob a liderança alemã, há a emergência

de novos poderes na cena internacional, a exemplo da China, e uma cada vez maior autonomia de antigos sócios incondicionais da grande potência na América Latina, na África e na Ásia. Igualmente, o poder bélico desproporcional mostrou-se de pouca utilidade num momento da história em que a solução de conflitos pela força é cada vez mais difícil de ser imposta.

Mas, com certeza, foi no plano da economia que o fracasso do projeto unipolar norte-americano se revelou com toda a nudez. A crise iniciada em 2008 e sem solução de continuidade desde então mostrou a completa inviabilidade do novo padrão de desenvolvimento para o sistema econômico internacional propos-

* Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.
Artigo recebido em 27 fev. 2014

** E-mail: faria@fee.tche.br

to pelos Estados Unidos e voltado à perpetuação da hegemonia da finança mundializada. O controle dos fluxos financeiros internacionais e a penetração de todos os mercados do mundo pelo capital de Wall Street, possibilitado pela liberalização e desregulação financeira, tiveram como consequência a orgia especulativa que causou o colapso das instituições donas do dinheiro mundial. Hoje, encontram-se quase todas recebendo generosas transfusões de sangue do Tesouro norte-americano, assim como suas sócias menores do outro lado do Atlântico o fazem do Banco Central Europeu, para poderem sobreviver ao colapso causado por sua própria lógica de acumulação do capital fictício ao infinito.

As raízes da crise estão na natureza mesma da globalização contemporânea. Diferentemente de outros momentos na história do sistema mundial capitalista, a expansão financeira não foi capaz, até o presente, de servir de alavanca para um processo de expansão produtiva. Muito pelo contrário: o desenvolvimento material que se desenrola desde a última década do século passado, no Leste asiático, mais recentemente combinado com o retorno do crescimento na América Latina e na África, vem se dando, apesar dos fluxos de capital dinheiro, que, em sucessivos movimentos de entrada e saída dos mercados ditos emergentes, causaram um suceder de bolhas especulativas. Bolhas estas que incharam e desinflaram, ora aqui, ora acolá, ao longo dessas três últimas décadas, atrapalhando, ao invés de apoiar, o crescimento econômico nessas regiões.

A circunstância do domínio financeiro sobre o capitalismo global não apenas gerou um descolamento entre a acumulação fictícia e a acumulação produtiva, onde o ritmo da primeira é muito superior ao da segunda, como colocou a estrutura produtiva a funcionar em diversas velocidades. A hegemonia da finança gerou uma sincronia nos movimentos descendentes da acumulação e uma diacronia de suas trajetórias ascendentes. O *crash* financeiro produziu instantaneamente queda do crescimento, enquanto os processos de recuperação se mostraram absolutamente díspares, sendo mais efetivos apenas naquelas regiões onde bancos e instituições congêneres são mais controlados.

Na origem desse fenômeno, está a crise dos anos 70 do século passado, resultado de um declínio da taxa de lucro nas estruturas produtivas dos países desenvolvidos. Essa queda da rentabilidade provocou dois movimentos: de um lado, a própria financeirização, compensando, com ganhos nas mais variadas aplicações, a falta de uma expectativa otimista na pro-

dução, e, de outro lado, um processo de fuga para o Sul e o Leste, através da realocação da indústria, principalmente na Ásia, e da caça aos recursos naturais e a novas oportunidades de investimento na África e na América Latina, os quais são a própria essência da globalização e seus dois gêmeos — financeirização e mundialização do capital.¹ A desregulação neoliberal, a partir dos anos 80, permitiu uma retomada da rentabilidade dos investimentos via redução dos custos do trabalho, concentração de renda, isenções fiscais para os ricos e exploração de novas regiões produtoras, mormente na Ásia.

Entretanto, se tanto o declínio norte-americano quanto a crise persistem, alguns sinais podem ser percebidos e dão sentido às transformações em curso na ordem mundial. Primeiro, os EUA, em que pese o declínio mais acentuado em sua participação na economia mundial, permanecem com recursos de poder inexpugnáveis para os próximos 20 ou 30 anos. No plano da economia, embora tenham perdido espaço — já foram metade do PIB do mundo e hoje não chegam aos 19% —, continuam controlando as finanças internacionais; têm posição majoritária na propriedade da maioria das grandes corporações monopolistas em escala mundial; dão o ritmo e controlam o avanço tecnológico, a pesquisa e a inovação; emitem a moeda-padrão, têm os títulos de sua dívida ainda equivalentes ao ouro e definem a política monetária em escala global, o crédito e a liquidez.

No plano político, em que pese o fim da era dos alinhamentos automáticos e da imposição de “governos amigos” por todo o mundo, ainda detêm poder de veto em todas as instituições internacionais, do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU); mantêm uma fidelidade incondicional da Europa — via Alemanha e Reino Unido — e de aliados, como Canadá e Austrália; continuam sendo parte decisiva em todas as questões relevantes na cena mundial, como o conflito da Palestina; são o único país com capacidade de intervenção militar em grande escala e de engajamento em ações de combate em qualquer lugar do planeta e vêm tomando iniciativas, com vistas a prevenir a ascensão de novos poderes na ordem internacional, através do cerco à Rússia pela Europa e pela Ásia Central e à China pelo Pacífico (Ceceña, 2013; Fiori, 2013; National Intelligence Council, 2012). Em outras palavras, a hegemonia dos EUA, embora enfraquecida, ainda deve perdurar por um período considerável. Levando em conta o conceito tal como o desenvolvido

¹ Ver Dumenhil e Lévy (2011) e Husson (2013).

por Faria (2013), a nação americana ainda mantém as bases materiais de sua hegemonia mundial nos planos econômico, militar, tecnológico e financeiro. Se, nas duas primeiras bases, suas capacidades reativas declinam visivelmente, sua vantagem tecnológica e financeira está até hoje intacta. Da mesma forma, no nível ideológico, os valores que moldam a ordem mundial, as razões entre seus sujeitos e a produção artística e de conhecimento permanecem controladas pelos norte-americanos, os quais mantêm uma sólida fidelidade do que se pode chamar de sua semiperiferia: Europa, Japão, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, além de Coreia e Taiwan. Além disso, as instituições que dirigem e organizam a ordem mundial continuam sendo dominadas pelo grande Estado do Norte, a começar pelas organizações-chave do sistema ONU, como o Conselho de Segurança ou o FMI.

Outro aspecto a ser mencionado é que o declínio não é apenas dos EUA, mas de todo o Ocidente, pois a União Europeia é peça desse processo, cuja contraparte é a emergência de novos polos de poder econômico e político, com vistas a uma mudança na hierarquia da ordem internacional. A expressão mais popular desse novo movimento são os BRICS, uma articulação política independente da influência das velhas potências ocidentais. Na medida em que essas articulações entre grandes países da antiga periferia mundial produzam efeitos nos planos político e institucional, aí, sim, uma possível transformação da ordem mundial pode se desenhar, com a construção de uma contra-hegemonia. Até o presente, apesar de iniciativas diplomáticas e de alguns anúncios importantes, como a construção de um mecanismo financeiro comum ao grupo de países, as diferenças são tão marcantes quanto o gigantismo de seu tamanho.

No plano econômico, os dois lados do Atlântico Norte somam 45,5% do PIB mundial, enquanto apenas os BRICS já chegaram a 20,4%. Como as taxas de crescimento de Ásia, África e América Latina permanecem bem superiores àquelas das antigas potências, seu declínio relativo continuará. O centro dinâmico da economia mundial está se movendo para o Sul. Entretanto, um largo caminho ainda espera a consolidação de uma mudança do centro hegemônico mundial ou, o que seria uma novidade histórica, uma ordem verdadeiramente multipolar.

Por enquanto, o crepúsculo das regiões pioneiras do capitalismo internacional vem oportunizando um espaço cada vez maior de ação e decisão autônomas por parte das nações e regiões outrora rigidamente dependentes. Os vácuos de poder e espaços para manobra e invenção por parte daqueles que sempre

foram forçados a dizer sim e a obedecer aos desígnios das grandes potências do Atlântico Norte são muito maiores. E a paralisia, ainda que parcial, que a luta contra a crise impõe a EUA e Europa amplificam as possibilidades de autonomia do Sul. Um breve resumo sobre o que se passa em cada uma das regiões do planeta mostra os espaços que se abrem ou se fecham à iniciativa criadora na construção de uma nova configuração do sistema mundial.

1 No Norte, panorama sombrio²

1.1 Os EUA

Epicentro da crise em 2008, a grande potência ainda luta contra suas consequências. Embora tenha havido uma redução desde então, o desemprego ainda permanece elevado, com uma taxa de 7% no final de 2013, bem acima dos 4,9% de fevereiro de 2008, véspera do *crash*, mesmo com o PIB crescendo à taxa de 3,07% em setembro do ano passado. Dentre os demais fatores que dão dinâmica à economia, a produtividade do trabalho cresceu, em média, 1,8% ao ano, entre 2007 e 2012, contra 2,8% entre 1947 e 73, enquanto os salários reais, em 2013, estavam 2,06% abaixo de seu valor no final de 2008 (e 14% ainda abaixo de seu maior valor histórico, em 1972). Além disso, o governo federal não tem conseguido combinar os estímulos monetários com uma política fiscal contracíclica. Se o banco central (FED) pôde ampliar o crédito, emitir moeda e baixar os juros, o tesouro tem muito menos autonomia, pois o Congresso não tem permitido baixar impostos e ampliar gastos, dominado que está pelo fundamentalismo neoliberal. A não ser pela estatização de grandes empresas em situação falimentar, como a GM, a seguradora AIG e as instituições de crédito habitacional Fannie Mae e Freddie Mac (que, por sinal, haviam nascido estatais), o raio de ação da política fiscal continua muito reduzido. Face às limitações da política monetária, no limiar de uma armadilha de liquidez, a rigidez fiscal causada por um impasse político sem solução entre conservadores e liberais dos dois grandes partidos com representação no Congresso, desse impasse resulta uma política

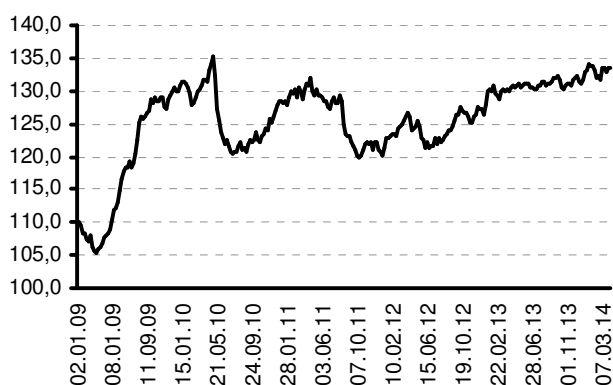
² Os indicadores usados nesta seção foram obtidos em Roberts (2014), em Banco Mundial (2014) e em Banco Mundial (2014a).

econômica de um keynesianismo manco, incapaz de agir mais significativamente sobre a demanda efetiva.

Diante dessas circunstâncias, a ampliação da liquidez acaba empoçada no sistema financeiro, que recomeça a fazer justamente o que causou a crise: especulação e acumulação de capital fictício. Com isso, o total mundial de haveres financeiros, que fora de 197 trilhões de dólares em 2007 e caíra com a crise, voltou a crescer, atingiu 209 trilhões em 2012 e segue nessa rota ascendente (Carchedi; Roberts, 2013). A possibilidade de uma nova explosão de bolha pela combinação de estagnação e especulação não pode ser descartada no horizonte dos próximos anos. Por essa razão, as autoridades monetárias estadunidenses têm mostrado extrema cautela com o manejo das injeções periódicas de liquidez (*quantitative easing*), a principal arma na luta para sair da recessão, mas que não se pode tornar um estímulo a uma nova inflação de ativos e à especulação. Um indicador da atividade econômica muito utilizado, produzido pelo Economic Cycle Research Institute (ECRI), mostra uma economia quase estagnada, ainda contida numa zona de baixo crescimento, como se vê no Gráfico 1. O número é um índice semanal da atividade econômica, cuja metodologia é proprietária, sendo composto por diversos indicadores de todos os setores produtivos, como valor da produção, emprego, renda e assim por diante, conforme informado por seus autores.

Gráfico 1

Índice de atividade econômica dos EUA — 02.01.2009-23.05.2014



FONTE: ECRI 2014.

Se não são, no momento, a principal causa do declínio da economia mundial, os EUA tampouco voltarão a produzir o conjunto de estímulos que favoreceram a expansão dos 20 anos anteriores à crise, quando a combinação de déficit fiscal, déficit comercial e endividamento das famílias estimulou, além da bolha financeira, a melhora dos termos de troca para os pro-

dutores de alimentos e matérias-primas, a expansão da indústria asiática e o investimento direto estrangeiro na periferia. Nos próximos anos, o crescimento mundial precisará ser alcançado sem uma maior contribuição dos Estados Unidos.

1.2 A Europa

Presas a uma camisa de sete varas costurada pelo arranjo institucional do euro, pela hegemonia alemã e pelo poder da City financeira de Londres, a situação da Europa é outra. Além do conhecido déficit democrático de sua estrutura supranacional, com um parlamento pouco mais que decorativo, a União Europeia (UE) cristalizou em suas normas pós-Maastricht os preconceitos e valores do neoliberalismo. O euro, que foi criado junto com regras de disciplina fiscal draconianas, é a única moeda do mundo sem tesouro, o que quer dizer, sem o lastro fiduciário da dívida de um Estado soberano. Na verdade, a Europa tem uma macroeconomia esquizofrênica composta por uma política monetária da União, com a emissão e a taxa de juro decididas pelo Banco Central Europeu, e 28 políticas fiscais independentes de cada um dos Países-membros, com apenas algumas normas gerais. Essa circunstância *sui generis* fez se somar à crise financeira mundial as crises de déficit externo e de dívidas soberanas dos países do sul do continente.

Enquanto a ciranda especulativa crescia e dela participavam alegremente os bancos europeus, um desequilíbrio comercial se expandia dentro da UE, formado por crescentes superávits alemães e de alguns países do norte, como Suécia, Holanda ou Dinamarca, e déficits do sul, com Espanha, Portugal, Grécia e Itália à frente. Escorados em seu pacto de competitividade, com salários congelados e produtividade crescente, os alemães inundaram o continente com a produção de sua indústria, que encontrava demanda financiada por uma bolha financeira parecida com a das hipotecas nos EUA. Bancos germânicos, franceses e ingleses levemente ofereceram crédito aos "perdulários e preguiçosos" do sul europeu. Quando o temerário dessa atitude se tornou em inadimplência, os governos da periferia europeia trataram de trocar a dívida ruim por títulos de seus tesouros, convertendo um problema privado em crise soberana.

Para piorar o que já era mau, a UE, capitaneada pela Alemanha, cada vez mais desenvolta em seu hegemonismo, passou a exigir brutais esforços de redução de gasto para produzir superávits fiscais, com o intuito de manter os pagamentos da dívida e preser-

var o sistema financeiro dos resultados de seu aventurismo. Como decorrência, o Produto Interno Bruto (PIB), que caíra 4,5% em 2009 e crescera pouco nos dois anos seguintes, sem conseguir retomar ao nível pré-crise, voltou a cair -0,4 em 2012 e deve ficar em 0% em 2013, enquanto o desemprego subiu de 7,1% em 2008 para 12,1% no final de 2013 (Grécia, 27,4%, e Espanha, 26,6%). Essa situação pode ser vista na Figura 1, que mostra a variação do PIB e o índice de produção compilado pela Markit, uma consultoria de negócios que produz esse indicador, muito usado para a Zona do Euro. Na Figura 1, aparecem o PIB e o índice composto de produção bruta, que inclui vendas, encomendas, estoques, emprego e preços.

Figura 1

Índice de Atividade Markit e PIB da Zona do Euro — 1999-2013



FONTE: Markit e EUROSTAT.

Mesmo com as consequências da enorme recessão no sul do Continente afetando a economia alemã, a qual deve crescer apenas 0,3% em 2013, o nó político que impõe essa opção desastrosa se mantém firmemente amarrado. O poder da finança alia-se a antigos preconceitos de um país que sempre valorizou a austeridade e se acredita superior a seus vizinhos latinos ou orientais. Felizmente para o resto do mundo, a situação da Europa no presente não influi, como há algumas décadas, pois 70% de seu comércio é intrazona, bem como suas atividades de investimento e financiamento são predominantemente endógenas.

2 O Sul vislumbra novos horizontes

Desde o final do século passado, um número crescente de nações de América Latina, África e Ásia

vem abandonando o receituário neoliberal de política econômica e adotando um novo modelo com um grau de independência e objetivos desenvolvimentistas de crescimento acelerado, à semelhança do que já ocorria no Leste asiático desde os anos 80. Essa mudança política responde, em larga medida, pela inflexão em seu desempenho econômico, desde o começo do século XXI.

2.1 A indústria no mundo: Ásia

Desde a última década do século passado, a região sudeste da Ásia foi-se consolidando como a nova zona de desenvolvimento da indústria no mundo, a exemplo do que foram Inglaterra em meados do século XIX e EUA após a II Guerra Mundial. Só a China representa, mensurando-se em paridade do poder de compra, 17% da indústria mundial, contra 13,7% dos EUA, 4,7% do Japão e 4,7% da Índia. Na sequência, vêm Rússia, com 3,6%; Alemanha, com 3,6%; e Brasil, com 2,6%. Esse imenso continente, polo industrial do planeta, estava crescendo a 5,7% em 2013, com sua porção sudeste num nível de 6,0%, e a China, em ritmo de desaceleração, 7,5% (Banco Mundial, 2014a).

A redução do crescimento chinês é o centro da nova dinâmica do Leste asiático. Um novo patamar vem sendo a meta do planejamento estatal do país desde que sua estratégia de desenvolvimento foi modificada, após o estalido da crise internacional. A direção anterior de crescer pelas exportações, num dueto com os déficits americanos, esgotou-se e está sendo transformada em um novo modelo focado no mercado interno. Os salários reais vêm crescendo continuamente, 7,6% em 2012 e 9,2% em 2013; mudanças na legislação agrária e a criação de um regime previdenciário abrangente complementam um quadro de aumento da capacidade de consumo da população. O governo também tem anunciado um enfrentamento aos problemas sociais e à piora da distribuição da renda causados pelo crescimento acelerado dos últimos 20 anos.

Olhando mais para sul e oeste do continente, onde se sobressai a Índia, a moderação do crescimento também é a tônica. O país cresceu 5% em 2012 e deve recuar para 4,7% em 2013. No Oriente Médio, apenas os países exportadores de petróleo têm resultados expressivos. Já o país mais desenvolvido da Ásia, o Japão, embora tenha apresentado algum avanço nos últimos anos, quando alcançou 1,9% de crescimento em 2012 e 1,6% em 2013, não mostra sinais de estar superando sua longa estagnação. Assim, toda

a região deve recuar um pouco sua taxa de 6,1% em 2012 para 6% em 2013 (Banco Mundial, 2014).

No plano geopolítico, vêm crescendo as tensões na zona do Pacífico. Há uma intensa disputa pelo controle do mar, seus recursos e suas rotas, entre China, Coréia e Japão, que se soma às feridas históricas causadas pelo imperialismo nipônico. Esse clima é piorado pela pressão dos EUA em sua estratégia de cerco à China, da qual faz parte a ofensiva econômica da Parceria Transpacífica e o aumento da presença militar na região, bem como o apoio ao rearmamento japonês (National Intelligence Council, 2012). Da mesma forma, o entorno da Índia está submetido à pressão militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Paquistão e no Afeganistão. E o Oriente Médio repõe, cotidianamente, velhos e novos conflitos, da questão palestina à Primavera Árabe.

2.2 O retorno do crescimento na África

Possivelmente, uma das mais alvissareiras novidades deste século foi o retorno do desenvolvimento ao continente africano. Entre 2005 e 2013, a taxa de crescimento média foi de 4,7%, sobressaindo-se os países com maiores recursos naturais, que puxaram essa expansão e seguiram crescendo acima da média (6,6%) em 2013, como Angola (7,9%), Moçambique (7,4%), Nigéria (6,6%), República do Congo (7,2%) e Etiópia (6,9%), conforme o Banco Mundial (2014). O Continente, que, por séculos, foi pilhado e explorado, primeiro pelos árabes e depois pelos europeus, parece, pela primeira vez na história, começar a tirar algum proveito de suas relações com o resto do mundo.

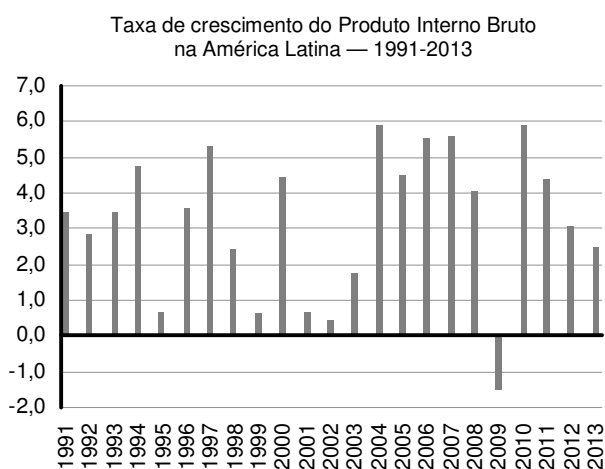
A novidade dessa época é a participação de países do Sul nos investimentos e projetos, o que tem propiciado esses resultados. Embora o peso maior ainda seja das antigas multinacionais americano-europeias e seus projetos de exploração de recursos naturais, China, Índia, Rússia e Brasil vêm-se tornando parceiros no desenvolvimento da infraestrutura e de inovações tecnológicas necessárias ao crescimento das economias africanas. No período próximo, muito provavelmente o Continente onde teve origem a raça humana será um espaço central de disputa entre a antiga lógica colonial imperialista do Norte e um novo tipo de vinculação que se projeta a partir das relações sul-sul (Fiori, 2013). Embora de contornos ainda não bem-definidos, os novos laços se constituem sugerindo um novo padrão de cooperação e desenvolvimento compartilhado.

2.3 América Latina: necessidade de correção de rumo

A América Latina foi, ao lado da África, a região mais negativamente afetada pela globalização. Conforme se vê no Gráfico 2, da década de 90 até 2002, a instabilidade foi a característica. Entretanto, desde 2003, superada a onda de crises cambiais causada pela crônica fragilidade financeira externa anterior, as taxas de crescimento situaram-se em um patamar semelhante aos melhores anos do desenvolvimentismo na década de 50. Se o choque da crise financeira internacional teve um efeito pesado em 2009, a recuperação foi impressionante já em 2010. Não obstante, um processo de desaceleração vem-se conformando desde então.

Uma das causas desses resultados foi a mudança dos termos de troca em favor de minérios, cereais e outros bens produzidos por atividades primárias. Mais importante, no entanto, foi o grande avanço social que se espalhou por todo o continente. Com raras exceções, a distribuição da renda melhorou significativamente no período, e, sem exceção, a pobreza foi bastante reduzida. O próprio crescimento e a ampliação do emprego que o acompanham contribuíram para essa melhora, mas a adoção de políticas sociais inclusivas e redistributivas fizeram a diferença em relação a outros momentos da história, em que, diversamente, o crescimento econômico esteve acompanhado da ampliação da desigualdade.

Gráfico 2



FONTE: CEPAL.

Alguns indicadores reforçam a percepção de estagnamento do padrão recente. O emprego está estagnado, ficando no nível de avanço zero em 2013; os salários vêm desacelerando seu crescimento — 2,7% em 2013 contra 5,4% em 2012 —, e os termos de troca caíram 2,3%, resultado de preços das *commodities* em baixa. Em razão disso, houve uma deterioração da conta corrente dos países da região, que, no somatório de todos, piorou seu desempenho deficitário de US\$ 98 bilhões em 2012 para 141 bilhões de dólares em 2013 (CEPAL, 2014). Assim como a Ásia, também a América Latina está em busca de um novo padrão de desenvolvimento.

A desaceleração parece mostrar os limites dessa experiência (Katz, 2014). A fração da demanda que puxou o crescimento foi o consumo, seja o doméstico, favorecido pela distribuição de renda, seja o mundial, provocado pelas necessidades de importação da Ásia, em especial a China. Nesta segunda década do século XXI, o aumento do consumo das camadas populares tende a ser cada vez mais incremental, na medida em que o nível de emprego bate em seu teto, e as políticas sociais completam sua universalização. Ao mesmo tempo, a desaceleração do crescimento chinês e o ingresso de novos ofertantes de recursos naturais no mercado mundial, como a África, tendem a reconduzir os termos de trocas para uma posição favorável aos produtos industrializados. De qualquer maneira, há uma inércia positiva do crescimento do emprego e da renda que se projeta para o futuro próximo. Muito possivelmente nos próximos anos, o Continente deverá manter taxas de crescimento do PIB acima de 3%, como estimou a CEPAL (Tabela 1). Mas, para isso, será preciso destravar o Estado, principalmente o brasileiro, de algumas amarras herdadas do período anterior, e que respondem pelo peso do interesse das finanças sobre a política econômica, especialmente na obsessão com a inflação e com o controle do gasto público. Será um custo político grande que, necessariamente, deverá ser tentado, vide o que ocorre na Venezuela ou na Argentina.

Tabela 1

Taxas de variação do Produto Interno Bruto de países da América Latina e Caribe — 2011-14

PAÍSES	2011	2012	2013	2014
Argentina	8,9	1,9	4,5	2,6
Bolívia	5,2	5,2	6,4	5,5
Brasil	2,7	1,0	2,4	2,6
Chile	5,9	5,6	4,2	4,0
Colômbia	6,6	4,2	4,0	4,5
Costa Rica	4,4	5,1	3,2	4,0
Cuba	2,8	3,0	3,0	3,0
Equador	7,8	5,1	3,8	4,5
El Salvador	2,2	1,9	1,7	2,6
Guatemala	4,2	3,0	3,4	3,5
Haiti	5,6	2,8	4,0	4,5
Honduras	3,8	3,9	2,6	3,0
México	3,8	3,9	1,3	3,5
Nicarágua	5,4	5,2	4,6	5,0
Panamá	10,9	10,8	7,5	7,0
Paraguai	4,3	1,2	13,0	4,5
Peru	6,9	6,3	5,2	5,5
República Dominicana	4,5	3,9	3,0	5,0
Uruguai	6,5	3,9	4,5	3,5
Venezuela	4,2	5,6	1,2	1,0
América Latina	4,4	3,1	2,6	3,2

FONTE: CEPAL (Nações Unidas, 2014).

NOTA: Valores em dólares a preços constantes de 2005.

3 À guisa de conclusão: a crise interminável e seus desafios dessemelhantes

Um antigo ditado afirma que crises são também oportunidades. O Brasil e boa parte da América Latina viveram uma situação dessas na década de 30, sob efeito da Grande Depressão, quando deixaram para trás a sociedade rural e o modelo agrário-exportador herdado do período colonial para avançar no caminho da industrialização e da urbanização. A crise contemporânea é da mesma magnitude e, de igual forma, inspira muito engenho e arte, para que se possam aproveitar os espaços, azos e chances que proporciona.

Um primeiro dado dessa conjuntura responde pela dispersão do desempenho econômico nas diversas regiões do planeta. Se a queda foi brusca e simultânea em 2009, na sequência parece que cada país vai retornando, paulatinamente, às tendências anteriores: a estagnação na Europa e no Japão, o baixo crescimento dos EUA, a superação das décadas perdidas de 80 e 90 na América Latina, a expansão acelerada da Ásia e da África. Essa aparente retomada do curso seguido desde o começo deste século, entretanto, não pode

elidir a necessidade de mudanças qualitativas necessárias à sua continuidade.

A China elaborou seu último Plano Quinquenal, sob a égide da mudança no padrão de crescimento. O modelo puxado pelas exportações está gradualmente sendo substituído por um modelo mais voltado para o mercado interno.³ Nesse sentido, a demanda agregada está tendo seu perfil modificado, através da redução da poupança e do investimento e da elevação do consumo, o que deve conduzir a uma nova situação em que o patamar de crescimento deverá ser ajustado para algo em torno dos 7% a 8%. Nesse novo padrão de desenvolvimento, o processo de integração regional deve alcançar novo impulso, na medida em que a introversão das economias do Leste Asiático tende a reforçar o processo histórico de realocação da atividade econômica intrarregional, intensificando o comércio e o investimento intrazona. E também a internacionalização do investimento asiático em busca de matérias-primas, alimentos e energia deverá ampliar-se, o que vai manter e talvez aumentar a geração de estímulos tanto na África como na América Latina.⁴

Do outro lado do Pacífico, a América Latina, que experimentou, na primeira década do século XXI, um modo de desenvolvimento impulsionado pelo consumo decorrente da melhoria na distribuição da renda e da redução da pobreza, também sente uma necessidade de redirecionamento de sua modalidade de crescimento. Diferentemente da Ásia, aqui é o consumo que deve ceder espaço ao investimento. Para que os índices de crescimento retornem a patamares elevados, é preciso uma mudança de rumo, pois os dois mais importantes fatores de expansão do período recente estão esgotados. Tanto as exportações de produtos primários, minerais e agropecuários, quanto a ampliação do consumo popular perderam sua capacidade dinâmica, seja pela redução dos ganhos nos termos de troca para os primeiros, seja pela redução dos incrementos de renda das classes populares. Os ganhos de produtividade deverão ser os responsáveis pela evolução do produto e da renda no próximo período.

³ Há que mitigar a ideia dos economistas do *mainstream* de modelo asiático exportador. Em verdade, foram os investimentos e a urbanização, ambos promovidos pelo Estado chinês que possibilitaram as taxas de crescimento de dois dígitos dos anos após as reformas de Deng Xiao Ping.

⁴ Uma característica a ser notada é o fato de os investimentos chineses estarem predominantemente vinculados a matérias-primas e produtos primários. Apenas países como o Brasil, que já contam com um ambiente industrial mais desenvolvido, vêm recebendo projetos de maior valor adicionado, e, mesmo assim, não na mesma proporção.

Se o Sul apresenta um horizonte de possibilidades otimista, a situação do Norte é bem mais sombria. Preso entre duas armadilhas: de um lado, o desemprego e a perda de renda da maioria da população; de outro, o inchaço do capital financeiro e do endividamento público e privado, o que impede, tanto uma retomada do consumo como uma perspectiva positiva para o investimento, sendo o futuro próximo das economias desenvolvidas de continuidade da crise e da estagnação. Mesmo onde estímulos do tipo keynesiano estão sendo implementados, como nos EUA ou no Japão, seu alcance tem-se mostrado muito restrito. Sem uma desvalorização dos ativos inflados pelas sucessivas ondas especulativas das últimas décadas e sem uma difusão generalizada dos ganhos de produtividade que as inovações tecnológicas possibilitam, as duas dando uma nova perspectiva de lucratividade para o investimento produtivo, este continuará ocorrendo apenas nas zonas de expansão do sistema internacional: Ásia, África e América Latina.

Referências

- BANCO MUNDIAL. **GDP, PPP (current international \$)**. 2014. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.PP.CD/>>. Acesso em: fev. 2014.
- BANCO MUNDIAL. **Global Economic Prospects: Coping with policy normalization in high-income countries**. Washington, DC: The World Bank, 2014a. Report, January 14, 2014. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>>. Acesso em: fev. 2014.
- CARCHEDI, G.; ROBERTS, P. C. The long root of the present crisis: Keynesians, Austerians and Marx's Law. **World Review of Political Economy**, Shanghai, v. 4, n. 1, p. 86-115, spring 2013.
- CECEÑA, A. E. La dominación de espectro completo en América Latina. **Pátria**, Quito, n 1, p. 43-59, 2013.
- DUMENHIL, G.; LÉVY, D. **The crisis of neoliberalism**. Harvard: Harvard University Press, 2011.
- FARIA, L. A. The value of the concept of hegemony for international relations. **Austral**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 193-216, Jan./June 2013.

FIORI, J. L. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 31-52.

HUSSON, M. **La teoría de las ondas largas y la crisis del capitalismo**. 2013. Disponível em: <http://www.vientosur.info/IMG/pdf/Ondas_largasHusson.pdf>. Acesso em: fev. 2014.

KATZ, C. **Dualidades de América Latina: economía y clases**. 2014. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=179987&titular=econom%EDa-y-clases->>. Acesso em: fev. 2014.

NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). **Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 2014.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL (U.S.). **Global Trends 2030: Alternative Worlds**. Washington: NIC 2012-001, 2012.

ROBERTS, P. C. **Waste, bear markets and fictitious capital**. 2014. Disponível em: <<http://thenextrecession.wordpress.com/2014/02/07/waste-bear-markets-and-fictitious-capital/>>. Acesso em: fev. 2014.

